



Nota Técnica – MALHA 128

“SIMPLES NACIONAL – Divergências entre Vendas e Receita Bruta -PGDAS-D”

1. Descrição da malha

- 1.1. A Malha 128 identifica, mês a mês, as empresas optantes pelo SIMPLES Nacional que apresentam divergências entre o somatório dos documentos fiscais de saída emitidos, referentes às vendas de mercadorias ou prestações de serviços sujeitos ao ICMS – **VENDAS** e o valor da receita bruta apurada declarada no **PGDAS-D**.

2. Critérios da malha

- 2.1. Para fins da malha 128, são feitos, mês a mês, os seguintes comparativos:

VENDAS LÍQUIDAS e PGDAS-D: se o somatório das VENDAS LÍQUIDAS for maior que o valor da receita bruta apurada declarada no PGDAS-D, há indícios de que não foram declaradas todas as receitas no PGDAS-D.

- 2.2 Os contribuintes que tiveram Venda Líquida superior à receita bruta declarada no **PGDAS-D** constarão na malha.

- 2.3 As informações do **PGDAS-D** têm caráter declaratório, constituindo confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos e das contribuições que não tenham sido recolhidos. Essas informações deverão ser fornecidas à Secretaria da Receita Federal do Brasil até o vencimento do prazo para o pagamento dos tributos - Simples Nacional em cada mês, relativamente aos fatos geradores ocorridos no mês anterior.

3. Demonstrativo do cálculo das diferenças apuradas

- 3.1 Na planilha da malha 128, enviada anexa ao Comunicado, constam as seguintes informações:

1. REFERÊNCIA (MÊS/ANO): meses em que houve divergências
2. DOCUMENTOS FISCAIS DE SAÍDA - VENDAS: somatório dos documentos fiscais de saída emitidos, referentes às vendas de mercadorias ou de prestações de serviços
3. DOCUMENTOS FISCAIS – DEVOLUÇÕES: notas fiscais de entrada referentes às devoluções de mercadorias vendidas
4. VENDAS LÍQUIDAS: diferença entre os documentos fiscais emitidos e as devoluções
5. RECEITA BRUTA DECLARADA NO PGDAS-D: valor da receita declarada naquele período de apuração



6. VALOR DA DIFERENÇA APURADA: diferença entre o valor das VENDAS LÍQUIDAS e o valor da receita bruta declarada no PGDAS-D.

4. Conceitos e orientações sobre a AUTORREGULARIZAÇÃO

- 4.1 A autorregularização consiste no saneamento, pelo contribuinte, das irregularidades decorrentes das divergências ou inconsistências identificadas na malha fiscal, conforme IN 199/2022.
- 4.2 O objetivo principal da autorregularização é proporcionar oportunidade para que as empresas do Simples Nacional regularizem sua situação antes de iniciada ação fiscal, evitando possíveis penalidades e até a exclusão do regime.
- 4.3 A omissão de vendas apurada de ofício corresponde ao somatório dos documentos fiscais de saída emitidos, referentes às vendas de mercadorias ou prestações de serviços sujeitos ao ICMS – **VENDAS LÍQUIDAS** e o valor da receita bruta apurada declarada no **PGDAS-D**.
- 4.4 Para saneamento das divergências e inconsistências identificadas, após o recebimento do Comunicado, o contribuinte deverá verificar os valores da receita bruta, **retificar o PGDAS-D** e recolher as diferenças dos tributos apurados.
- 4.5 A alteração das informações prestadas no PGDAS-D será efetuada por meio de retificação relativa ao respectivo período de apuração.
- 4.6 No item 6.10 do Manual do PGDAS-D 2018, constam orientações quanto aos procedimentos a serem adotados nos casos de retificações do **PGDAS-D**.
- 4.7 Se o valor da receita bruta apurada e declarada estiver correto e/ou se o contribuinte discordar de algum valor, deverá apresentar justificativa no AutoReg e anexar a documentação comprobatória, acessando o link: <https://goias.gov.br/economia/autorr-valores-malhas/>
- 4.8 Decorrido o prazo de 30 dias, contados a partir do recebimento do Comunicado, poderá ser iniciado procedimento fiscal para apurar de ofício a omissão de receita e constituído o crédito tributário por meio do Processo Administrativo tributário – PAT.
- 4.9 O valor devido do ICMS pela microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, referente à omissão de Receita Bruta Apurada no PGDAS-D, será determinado mediante a aplicação das alíquotas efetivas, nos termos do art. 18, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 4.10 Será aplicada multa formal pela falta de emissão de documentos fiscais prevista no Art. 64 da Lei 11.651/91, c/c art. 38 § 2º "I", "II" da Resolução CGSN nº 140/2018.



4.11 As dúvidas deverão ser enviadas para o e-mail autorregularizacao.economia@goias.gov.br, pois não haverá atendimento, virtual ou presencial, pelas Delegacias Regionais de Fiscalização e Gerências Especializadas.

4.12 Esta Nota Técnica, bem como eventuais novas versões, está disponível no site da Secretaria da Economia de Goiás, link <https://goias.gov.br/economia/notas-tecnicas/>.

5. Legislação aplicável

Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991 - Código Tributário Estadual - CTE

Decreto nº 4.852, 29 de dezembro de 1997 - Regulamento do Código Tributário Estadual - RCTE

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018

6. Links

Manual do PGDAS-D E DEFIS

https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arquivos/manual/MANUAL_PGDas-D_2018_V4.pdf

Manual justificativas

https://goias.gov.br/economia/wp-content/uploads/sites/45/2024/04/Manual-AutoReg_Justificativas_04.04.2024.pdf

Justificativa

<https://goias.gov.br/economia/autorr-valores-malhas/>

IN 199/2022

https://appasp.economia.go.gov.br/legislacao/arquivos/Superintendencia/SGAF/IN/IN_199_2022.htm

Nota Técnica da Malha 128

<https://goias.gov.br/economia/notas-tecnicas/>